

A Formação do Professor de Ciências e Biologia para atuar na Educação de Jovens e Adultos: Orientações e Vivências Curriculares na Universidade Estadual de Goiás (UEG)

The Training of Science and Biology Teachers for Youth and Adult Education: Curricular Orientations and Experiences at the State University of Goiás (UEG)

Brunielly Ferreira de Aguiar

Universidade Estadual de Goiás, Mestrado Profissional em Ensino de Ciências
bruniellyferreira@gmail.com

Leicy Francisca da Silva

Universidade Estadual de Goiás, Mestrado Profissional em Ensino de Ciências
leicyfs@yahoo.com.br

Wilton de Araújo Medeiros

Universidade Estadual de Goiás, Mestrado Profissional em Ensino de Ciências
Wilton_68@hotmail.com

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica que tem como proposta atender o educando que não pode concluir seu processo de escolarização em idade usual, apresentando perfil e vivências plurais, demandando formação de professores específica. Com o exposto, considerando as discussões acerca da EJA e a formação de professores para atuar nessa modalidade, esse estudo pretende analisar as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica; para os cursos de Ciências Biológicas, a Diretriz Curricular, o Projeto Político Pedagógico e a Matriz Curricular para os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Goiás, e se esses documentos consideram as especificidades da EJA na formação inicial do professor de Ciências e Biologia e oferecem uma formação que permite ao futuro professor atuar na modalidade.

Palavras chave: educação de jovens e adultos, formação de professores, universidade estadual de goiás.

Abstract

Youth and Adult Education (YAE) is a modality of Basic Education that aims to meet the needs of students who cannot complete their schooling process at the usual age, presenting a plural profile and experiences, requiring specific teacher training. Therefore, considering the discussions about EJA and the training of teachers to work in this modality, this study aims to analyze the Curricular Guidelines for the Training of Basic Education Teachers; for the Biological Sciences courses, the Curricular Guidelines, the Political Pedagogical Project and the Curricular Matrix for the Biological Sciences undergraduate courses at the State University of Goiás, and if these documents consider the specificities of EJA in the initial training of teachers of Science and Biology and offer a training that allows the future teacher to work in the modality.

Key words: youth and adult education, teacher training, state university of goiás

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem seu grande marco com o advento da promulgação da Constituição de 1988 que reconhece em seu texto o direito à educação aos Jovens e Adultos, e abriu caminho para políticas públicas voltadas para EJA, a exemplo a Lei. 9.394/96, que trata das Diretrizes e Bases da Educação. Em seu artigo 37 e 38 que trata sobre a Educação de Jovens e Adultos, o texto lei preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar de forma gratuita aos alunos que não puderam efetivar os estudos na idade regular, acesso ou continuidade a educação, considerando as características do aluno para que oportunidades educacionais apropriadas estejam ao seu alcance (BRASIL, 1996).

Outros documentos que tratam sobre a EJA, reafirmam a legitimidade do direito a educação do jovem e adultos e a necessidade do Estado de assumir o compromisso de financiamento dessa modalidade. (BRASIL,2000). Na prática o esforço da EJA é de apagar o passado e fazer aquilo que é quase impossível, ou seja, educar para o trabalho e para a cidadania, aqueles que não conheceram esses termos a não ser pelo seu contrário – condição precária de vida, exploração no trabalho, expropriação da sua produção e, para citar um exemplo do estado brasileiro: desrespeito aos direitos básicos constitucionais (BERNARDIM; DIAS, 2009).

Entretanto, autores como Di Pierro (2006) e Gatti *et al.* (2011), relatam a marginalização da EJA em detrimento das outras modalidades de ensino, nos cursos de formação docente e a falta de preparo de muitos professores ao lidar com alunos não usuais da educação básica, tornando a realidade docente do programa desafiadora. Tendo em vista o compromisso social da EJA enquanto modalidade de ensino e parte da educação básica, assume papel fundamental a reflexão sobre a formação do professor para este segmento educacional. Por se tratar de um público alvo diversificado, o processo de ensino-aprendizagem do aluno da EJA é distinto de um aluno da modalidade de ensino regular, logo as especificidades do professor que vai atuar na EJA devem ser discutidas. Nas palavras de Lopes e Sousa (2005):

o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno. O perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê seu professor como um modelo a seguir (p.2).

Os documentos oficiais que discutem a EJA afirmam que o Ensino de Ciências e Biologia deve contribuir para que os alunos consigam compreender a importância do conhecimento científico

e conseguir articular o aprendizado em sala com a vida cotidiana e sua importância na construção de uma sociedade globalizada em que é necessário interpretar fenômenos naturais, o meio ambiente, a saúde e suas tecnologias (BRASIL, 2001). O descobrir do conhecimento científico para esse público é um desafio para o professor que precisa orquestrar metodologias específicas e contextualizadas com o cotidiano desses sujeitos, em uma educação transformadora e emancipadora (FREIRE, 1983). Nas palavras Arbache (2001), o professor que vai atuar na EJA, deve ter em seu currículo profissional, conteúdos, metodologia, avaliação, atendimento, entre outras habilidades específicas para trabalhar com estudantes com vivências e saberes tão heterogêneos e plurais culturalmente.

Nesse sentido, o papel do professor é organizar práticas metodológicas que desperte o interesse dos alunos e colabore para uma aprendizagem significativa, por isso é importante que o docente da EJA, seja um professor que conheça as especificidades da modalidade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005 e GATTI *et al.*, 2011). Cachapuz *et al.* (2005), afirmam que os professores da EJA devem possuir técnica para orquestrar melhorias na qualidade no ensino de Ciências e Biologia e atender aos anseios desses Jovens e Adultos e suas reais necessidades.

Sendo assim, considerando as discussões acerca da EJA e a formação de professores para atuar nessa modalidade, esse estudo pretende analisar a Diretriz Curricular, o Projeto Político Pedagógico e a Matriz Curricular para o curso de licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Estadual de Goiás, e se esses documentos consideram as especificidades da EJA na formação inicial do professor de Ciências e Biologia e oferecem uma formação que permite ao futuro professor atuar na modalidade e assinalamos lacunas e desafios a serem enfrentados.

Formação Docente para o Campo Educacional da Educação de Jovens e Adultos

A profissão de professor compõe uma rotina de responsabilidades que compreende atividades como, tomada de conhecimento sobre as questões do cotidiano escolar, ter a responsabilidade de ensinar e, ainda, administrar a sua formação continuada. Mas se dedicar ao ensino é um desafio diário e diversos contratempos são encontrados nas situações rotineiras dos professores e a formação inicial destes professores deve garantir respaldo suficiente para a solução desses desafios (MALACARNE, 2001).

Segundo Barreto (2006), a formação inicial é a primeira etapa do processo a ser desenvolvido com um grupo que atua ou pretende atuar na EJA. Essa formação deve ser um espaço para reflexão, crítica, análise e discussão de forma que ajude na construção da sua prática educativa. Tardif (2010) ao discutir sobre a formação docente, destaca que um professor de excelência deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir conhecimentos relativos às Ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com seus alunos. No entanto, nem sempre a formação inicial do professor ocorre de forma organizada e fundamentada. Assim, os cursos de licenciatura, entregam profissionais para o mercado de trabalho, na maioria das vezes, despreparados para lidar com realidades não contempladas na sua formação, contribuindo para um ensino medíocre e deficiente (BÄR, *et. al.*, 2017).

Trabalhos como os de Maraschin e Bellochio (2006) afirmam que os professores da EJA, em sua maioria, não são qualificados para trabalhar com esses estudantes, não tendo formação inicial ou específica sobre essa modalidade de ensino, atuando na sala da EJA, como atua na sala da educação regular reproduzindo os moldes da escolarização de crianças e adolescentes. Di Pierro (2006), Gatti e Barreto (2009), ao discutir sobre a formação docente apontam o silenciamento da modalidade da EJA na formação inicial dos cursos de licenciatura e seu

esquecimento nos currículos de graduação, conseqüentemente colaborando para apagar histórias e direitos do jovem e adulto. Apesar desse cenário, a educação brasileira, possui um bonito discurso oficial sobre a formação de professores para educação básica regular, em especial a Educação de Jovens e Adultos.

As normativas legais que orientam os currículos dos cursos de licenciatura são pautados pela legislação educacional, como a LDB 9.394, o Plano Nacional de Educação (PNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (DCNs) e Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso licenciatura, de graduação plena, através do Parecer CNE09/2001 apresenta como requisitos para formação de professores que:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento cultural; desenvolver práticas investigativas; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos Curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (BRASIL, 2001, p. 04).

As DCN's postulam que os cursos de formação docente devem cuidar da autonomia escolar, sistematizar as responsabilidades dos docentes e organizar o projeto institucional dos estabelecimentos de ensino. Os cursos de formação inicial de professores devem implementar nos seus currículos não somente a ampliação da carga horária no que diz respeito às práticas pedagógicas, mas, sobretudo, a perspectiva atribuída às relações dialógicas entre teoria e prática (DI PIERRO, 2006).

Os cursos de Licenciatura em geral, ao ocupar-se da formação de professores para a educação básica, devem considerar todas as modalidades de ensino a que ela se refere, sendo assim, não podem deixar de considerar as especificidades relativas à formação do educador da EJA, como também os alunos que essa modalidade atende. O Parecer 09/2001 discute ainda que dentre as questões que a formação de professores precisa enfrentar no campo Curricular, uma das principais refere-se à desconsideração das especificidades próprias das modalidades de ensino em que são atendidos os alunos da educação básica, destaca:

No Brasil, um curso de formação de professores não pode deixar de lado a questão da Educação de Jovens e Adultos, que ainda é uma necessidade social expressiva. Inúmeras experiências apontam a necessidade de pensar a especificidade desses alunos e de superar a prática de trabalhar com eles da mesma forma que se trabalha com os alunos do ensino fundamental ou médio regular. Apesar de se tratar das mesmas etapas de escolaridade (ensino fundamental e médio), os Jovens e Adultos, por estarem em outros estágios de vida, têm experiências, expectativas, condições sociais e psicológicas que os distanciam do mundo infantil e adolescente, o que faz com que os professores que se dedicam a esse trabalho devam ser capazes de desenvolver metodologias apropriadas, conferindo significado aos currículos e às práticas de ensino. A construção de situações didáticas eficazes e significativas requer compreensão desse universo, das causas e dos contextos sociais e institucionais que configuram a situação de aprendizagem dos seus alunos (BRASIL, 2001, p.26).

Ainda sobre a EJA, o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, afirma que os alunos da EJA, demandam educadores, currículos e práticas pedagógicas diferentes da educação regular, uma vez que as vivências desses alunos devem ser usadas na promoção efetiva no processo do conhecimento, resultando aprendizagens significativas, com significado na sua vida diária. Obviamente, se faz

necessário, uma preparação específica que precisa estar presente na formação inicial e continuada do professor da EJA (ARROYO, 2006). Dos aspectos relevantes que o Parecer CNE/CEB nº 11/2000:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (BRASIL, 2000a, p. 56).

Longe de uma formação utilitarista desse profissional, conforme discute Ventura (2012), é primordial uma formação que prestigie o estudante trabalhador, colaborando com a construção de propostas Curriculares distintas, que atendam às necessidades dos Jovens e Adultos da classe trabalhadora no seu processo de escolarização. Observa que a complexidade da EJA não pode ser atendida somente por um professor motivado apenas “pela boa vontade ou por um voluntariado idealista”, uma vez que “não se pode ‘infantilizar’ a EJA no que se refere a métodos, conteúdos e processos” (BRASIL, 2000).

O Parecer demonstra clareza quanto à necessidade do professor ser preparado para atuar nessa modalidade na formação inicial. Ou seja, o discurso oficial, que é lei, é claro na exigência que o professor deve ser preparado para as diferentes modalidades de ensino. Sendo assim, é responsabilidade das instituições de ensino superior propiciar projetos pedagógicos, disciplinas e metodologias que abarquem as especificidades da EJA e outras modalidades de ensino.

Em 2019 foi instituída a Resolução CNE/CP nº 02/2019, que atualmente é o documento norteador para Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Esse documento afirma que a construção da identidade docente deve estar alinhada com conhecimentos das Ciências da Educação. A Resolução deixa claro que é necessário a integração entre as disciplinas científicas e as pedagógicas do currículo, e a importância da construção de um curso de formação de professores que articule o saber teórico e prático, cabendo ao Projeto Político Pedagógico do Curso elencar esses saberes de modo articulado e com propósito além de uma educação mecânica.

De acordo com o texto legal da Resolução CNE/CP nº 02/2019, a formação docente deve preparar o professor para atuar em todas as modalidades da Educação Básica e legítima como dever do Estado assegurar o direito das crianças, Jovens e Adultos acesso à educação de qualidade, que equipare e que propicie oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes. Quando versa sobre as Competências e Habilidades que o professor deve adquirir e dominar, as Diretrizes são claras quanto a Competência específica do docente reconhecer os contextos em que seus alunos estão inseridos, indo de encontro à habilidade de reconhecer as diferentes modalidades da Educação Básica nas quais se realiza a prática da docência.

Outra competência destacada é a de conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais, a habilidade de reconhecer as diferentes modalidades de ensino do sistema educacional, levando em consideração as especificidades e as responsabilidades a elas atribuídas, e a sua articulação com os outros setores envolvidos. Recomenda ainda que o curso de formação do professor incentive o desenvolvimento da Competência do Compromisso com o próprio desenvolvimento profissional e a habilidade de engajar-se na pesquisa científica e

pedagógica na área educacional em todas as suas etapas e modalidades, contribuindo para o desenvolvimento integral do estudante (BRASIL, 2019).

A Formação do Professor de Ciências e Biologia

Apesar do Parecer 11/2000, orientar para a formação dos docentes da EJA, ele não discute de maneira consistente como essa formação se dará nos cursos de licenciatura, deixando a cargo das DCNS de cada curso, como tratar o assunto. Por esse e outros motivos, a formação docente assume um padrão universal, generalista, sem especificidade. Arroyo (1999, p.18) diz: “Esse caráter universalista, generalista e esse caráter histórico desfigurado dessa EJA explica por que não temos uma tradição de um perfil de educador de Jovens e Adultos e de sua formação”.

No campo ainda mais específico da formação de professores de Ciências e Biologia, a regulamentação está atrelada às Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas instituídas pelo Parecer CNE/CES 1.301/2001 (BRASIL, 2001) e confirmada pela Resolução CNE/CES (BRASIL, 2002), afirmando que a graduação deve oferecer além dos conhecimentos biológicos específicos, os conteúdos pedagógicos para atender as necessidades educacionais dos alunos. Sobre a formação do professor, o Parecer exige que o licenciado, deve ser preparado para atender a demanda de conteúdos da Educação Básica e suas modalidades:

A modalidade Licenciatura deverá contemplar, além dos conteúdos próprios das Ciências Biológicas, conteúdos nas áreas de Química, Física e da Saúde para atender ao ensino fundamental e médio. A formação pedagógica, além de suas especificidades, deverá contemplar uma visão geral da educação e dos processos formativos dos educandos. Deverá também enfatizar a instrumentação para o ensino de Ciências no nível fundamental e para o ensino da Biologia, no nível médio. (BRASIL, 2001).

O perfil do professor de Ciências e Biologia deverá ser o de um profissional competente, com amplo domínio teórico da diversidade dos seres vivos, enganchado com conservação do meio ambiente e dotado de uma postura crítica e consciente de sua função de educador (LOPES & FERREIRA, 2015). Sobre as competências e habilidades do currículo de formação deste professor, destaca-se: a pesquisa, a atuação multidisciplinar, a responsabilidade, as relações entre a Ciência, Tecnologia e Sociedade, com princípios Curriculares de formação básica inter e multidisciplinar, atividades de campo e de laboratório, equilíbrio entre a aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, ensino problematizado e contextualizado (BRASIL, 2001).

Os conteúdos do currículo deverão englobar conhecimentos da Biologia e das áreas das Ciências exatas, da terra e humanas. O currículo pode ter formato modular, de forma seriada, anual ou semestral (BRASIL, 2001). Percebe-se que a DCN do curso de Ciências Biológicas, não cita em nenhum momento a especificidade da EJA e joga a responsabilidade de quaisquer outras questões referentes à licenciatura seja consultado a DCN geral para a formação de professores da educação básica (BRASIL, 2001).

Apesar do arcabouço legal que oferece respaldo a especificidade da EJA, a estrutura Curricular das licenciaturas em Ciências Biológicas, em sua maioria, não prestigia a especificidade da EJA, em um cenário marcado pela desarticulação entre disciplinas de conteúdo específico e disciplinas pedagógicas. Sendo assim, a formação de professores de Ciências e Biologia para atuar nessa modalidade, é prejudicada pela falha de intercomunicação entre os documentos que tratam desta modalidade de ensino e a DCN do curso de Ciências Biológicas, propiciando uma

formação de professores não conectada com o projeto político pedagógico da EJA (CARVALHO, 2006; LOPES & FERREIRA, 2015).

Metodologia

Como percurso metodológico para a pesquisa, optou-se pelo levantamento e análise de documentos relacionados a formação inicial de professores de Ciências e Biologia para atuar na EJA e como recorte foi proposto, a análise da formação inicial dos cursos em habilitação licenciatura da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Para a escrita foram consultados artigos de autores que tratam da docência na EJA, Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, de Ciências Biológicas e da EJA. Além disso, o Projeto Pedagógico Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e a Matriz Curricular do Curso Licenciatura em Ciências Biológicas da UEG também foram analisados sobre a consideração da Educação de Jovens e Adultos na formação inicial do professor.

A coleta dos documentos foi feita a partir de pesquisas na internet em portais do Governo Federal, acessos aos websites oficiais da UEG e a Plataforma de Revistas Científicas Brasileiras em formato eletrônico, o Scielo. A partir do levantamento e análise de dados pode-se correlacionar os objetos de estudo e verificar se Universidade Estadual de Goiás, especificamente o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, internalizou as discussões referentes à formação de professores para a EJA.

Análise de Dados: A Formação de Professores na Universidade Estadual de Goiás.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG) foi criada em 1999 com a missão de unir o “patrimônio científico com as culturas comunitárias ou as novas e avançadas tecnologias do conhecimento com a memória coletiva”. A Universidade está presente em todas 18 microrregiões do Estado de Goiás e oferece cursos de graduação nas modalidades de licenciatura, bacharelado e superior de tecnologia (presenciais e a distância).

O Projeto Pedagógico Institucional da UEG (PPI), apresenta como proposta articulação entre formação acadêmica de qualidade alicerçada em conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais. (PPI, 2011, p.10). Quando trata do currículo, a Instituição defende um currículo intimamente ligado a pesquisa científica e a extensão universitária, para a construção de um conhecimento que atenda, de fato, a instituição e toda a comunidade acadêmica. Ainda descrito em seu PPI, a UEG, elenca metas para que se torne referência em educação gratuita no Estado de Goiás:

- a. Ser uma Universidade consolidada com excelentes avaliações pelos órgãos normativos nacional e estadual;
- b. Produtora de conhecimento novo que atenda as demandas da sociedade goiana;
- c. Formadora de profissionais da educação focados no contexto atual;
- d. Ter ensino de excelência com profissionais qualificados e motivados;
- e. Formar universitários competentes, íntegros e preparados para a busca de soluções dos problemas sociais;
- f. Ser referência em educação com qualidade, pertinência e compromisso com a sociedade;
- g. Ser polo de inovações regionais e promotora de programas, projetos que visem à educação ambiental e inovação empreendedora (PPI, 2011, p.10).

A proposta de excelência em uma formação emancipatória e libertadora pretende promover a produção de conhecimento científico sem deixar de considerar as demandas das diferentes modalidades de ensino em um compromisso de ensino integrador, dialético e totalizador.

Quando trata da Política de Graduação, o documento faz referência a necessidade do compromisso com valores humanísticos e éticos como princípio formativo, perpassando o projeto pedagógico de cada curso e que é necessário que a graduação esteja apta a formar professores capazes de atuar em distintas modalidades de ensino em uma dimensão dialógica com conteúdo, saberes e interdisciplinaridade.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas da UEG (PPC, 2015), a graduação em Ciências Biológicas do Campus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas, foi criada e autorizada pelo Conselho Federal de Educação em 1987, antes mesmo da criação da UEG, com a missão de suprir a necessidade de profissionais qualificados para atuarem no ensino de Ciências e Biologia para a educação básica em Goiás. Em 2002 em consonância com às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores, o curso de Ciências Biológicas foi reestruturado e passou então a ser denominado Ciências Biológicas – Habilitação Licenciatura.

A formação de professores de Ciências e Biologia da UEG apresenta como proposta o desenvolvimento e a promoção da ciência, da tecnologia, da reflexão e da cultura, valores inseridos com a participação da comunidade. Como objetivo geral almeja formar profissionais qualificados para atuarem como professores de Ciências e Biologia, orquestrando habilidades inerentes ao ensino formal e informal, e com profissionais capazes de atuar na além de habilitar pesquisa. Vislumbra ainda como objetivos específicos, formar professores com criticidade, ética democrática, responsabilidade social, com currículo competente e atualizado com perspectivas futuras no campo da educação. Em Competências e Habilidades que o formando deve adquirir em sua formação inicial, o Projeto Pedagógico do Curso, aponta em seu artigo 8º:

O (A) egresso (a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a: (...) II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; (...) VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras (...) (PPC, UEG, 2015, p.25).

O Projeto Pedagógico de Ciências Biológicas da UEG é um documento que fala sobre a formação de um professor de qualidade, de caráter humanista, com vistas em uma formação libertadora e emancipatória, capaz de atuar de forma de excelência em distintas modalidades de ensino. O documento traz ainda, mesmo que de maneira superficial e sem nomear a necessidade da formação de um professor capaz de atuar na EJA, quando diz sobre “aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria” e sobre a importância do respeito as faixas-geracionais. Trata ainda de maneira genérica de um possível Estágio Supervisionado em Biologia II na EJA, sem especificar maiores detalhes. Se existe um esforço superficial ao tratar da formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos no PPC dos Cursos modalidade licenciatura em Ciências Biológicas da UEG, nas Matrizes Curriculares, ela nem sequer é mencionada.

Os Cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da UEG são oferecidos de forma presencial em seis cidades, sendo elas: Anápolis, Iporá, Itapuranga, Palmeiras de Goiás, Porangatu e Quirinópolis. Em modalidade a distância, o curso é ofertado em cinco cidades, sendo elas: Aparecida de Goiânia, Formosa, Ipameri, Mineiros e Santo Antonio do Descoberto.

A Matriz Curricular dos cursos é composta por núcleos, sendo eles: núcleo comum (composto por disciplinas que deverão ser oferecidas em todos os cursos de graduação da Universidade), núcleo de modalidade (composto por componentes Curriculares obrigatórios conforme as modalidades licenciatura, bacharelado e de tecnologia), núcleo específico (composto por componentes Curriculares que contemplem as especificidades de cada curso e possui caráter eminentemente profissionalizante) e núcleo livre (composto por disciplinas de escolha dos discentes que poderão ser cursadas na UEG ou em outra Instituição de Ensino Superior pública.

A carga horária deve estar alicerçada com os conteúdos específicos de Ciências Biológicas, conteúdos de química, física e da saúde, e os conteúdos pedagógicos da educação. A duração mínima do curso deve ser de no mínimo, 3.200 horas, de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração mínima de quatro anos, contendo pelo menos 2.200 horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos, sendo estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais (PPC, UEG, 2015).

Ao analisarmos a Matriz Curricular dos 11 cursos de licenciatura em Ciências Biológicas oferecidos pela UEG, em modalidade presencial e a distância, nenhuma Matriz oferece uma disciplina específica para o ensino na EJA. É profundamente decepcionante se deparar com um discurso no Projeto Pedagógico mesmo que discreto em relação a EJA e ao analisar a Matriz de TODOS os cursos oferecidos em licenciatura em Ciências Biológicas e ver que a modalidade foi esquecida e silenciada no processo de formação de seus futuros professores.

Compreendemos que em disciplinas que tratem da educação como a Fundamentos Filosóficos Sócio-Históricos da Educação, Políticas Educacionais, Psicologia da Educação, Estágio Supervisionado em Biologia II, a EJA tem a possibilidade de talvez ser abordada nas discussões, mas o “talvez” não configura compromisso com a modalidade, com os professores, com os alunos. É preciso a certeza de uma política pública que realmente seja efetiva e que não contribua para a marginalização, o esquecimento e a subalternidade da Educação de Jovens e Adultos.

Conclusão e Implicações

Os textos que tratam da EJA e da formação de profissionais para atuar na modalidade são de fato uma orquestração de palavras que buscam resgatar a emancipação e liberdade do estudante trabalhador. Entretanto, a modalidade ainda é marginalizada na educação básica e a formação inicial de professores para atuar na EJA, ainda é um desafio na educação brasileira. Nota-se que apesar de ter a legislação ao seu amparo, investimento, a realidade é que a EJA ainda é improvisada, seja nos espaços físicos, no material didático, na metodologia, na formação de professores. É como se fosse um “puxadinho” da educação básica regular e não uma modalidade distinta, ofertando assim, na maioria das vezes, profissionais que reproduzem para o aluno jovem e adulto, um modelo de ensino não adequado para aquele público.

É necessário discutir um modelo de formação de professores que pense na questão dos Jovens e Adultos, com mais disciplinas obrigatórias e optativas na graduação sobre a modalidade, levando em consideração as DCN's para os cursos de licenciatura de Ciências Biológicas, buscando um equilíbrio entre a proposta da EJA e o ensino de Ciências e Biologia (VENTURA 2012). Tem que se buscar um professor comprometido com uma educação que não seja bancária, que acredite no projeto da EJA, mas que sobretudo seja tecnicamente qualificado para

trabalhar nesta modalidade. O professor deve propiciar um ensino de Ciências e Biologia que contribua para que os alunos desenvolvam a interpretação da sociedade, colaborando para não para a apropriação de uma educação mecânica e conteudista, e sim de uma educação de qualidade e emancipatória. Os conhecimentos prévios dos alunos não devem ser descartados e sim trabalhados de forma contextualizada com o conhecimento científico. O papel do professor seria o de mediador, propiciando e viabilizando a associação entre os conhecimentos prévios dos alunos e os conhecimentos produzidos pela ciência (BÄR, *et al.* 2017).

O Projeto Político Institucional e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEG apresentam um discurso lindo, uma proposta de formação de professores comprometidos com o acolhimento dos diferentes sujeitos presentes na educação básica. No entanto, letra morta não tem efeito. A Matriz Curricular dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da UEG não contempla disciplinas que tratem da EJA.

É dual que o PPC do Curso afirme da necessidade da formação de profissionais capazes de atuar na escolarização de sujeitos que não tiveram acesso à educação fora da idade própria, que fale sobre a possibilidade de um estágio supervisionado em Biologia II na EJA e deixe de fora de sua Matriz Curricular uma disciplina específica que trate da modalidade. Neste cenário, é oportuno lembrar o questionamento de Viriato (2012, p. 772), “não é possível encher as prateleiras das bibliotecas com monografias, dissertações e teses e a educação continuar com os nossos alunos, filhos de trabalhadores, futuros trabalhadores e trabalhadores passando e passando e passando.” Muito mais que palavras bonitas, é necessário políticas públicas efetivas para formação de professores. A formação inicial de professores para atuar na EJA tem que assumir o compromisso com o diálogo, respeito, equilíbrio, conhecendo o contexto sócio laboral do educando, considerando a experiência de vida e seu saber construído a partir dessas experiências, comprometendo-se com um ensino que reconheça o estudante trabalhador como indivíduo único e importante, colaborando para o seu processo de escolarização e emancipação.

Referências

- ARBACHE, Ana Paula Ribeiro Bastos de. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Ciclos de Desenvolvimento Humano e Formação de Educadores. **Educação e Sociedade**. Campinas. p.143-162. 1999.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Formar educadoras e educadores de Jovens e Adultos. *In*: SOARES, Leôncio (Org). **Formação de educadores de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica / SECAD-MEC / UNESCO, 2006.
- BÄR, Maíra Vanessa *et al.* Reflexões sobre a formação do professor de Ciências Biológicas para Educação de Jovens e Adultos. **Contextos em Educação em Ciências**. v.13, n.44. 2017.
- BARRETO, Vera. Formação permanente ou continuada. *In*: SOARES, L. (Org). **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/ UNESCO. p. 93-102. 2006.
- BERNARDIM, Mario Luís; DIAS Graciliano da Silva. Educação do Trabalhador: Introdução ao estudo da Educação de Jovens e Adultos – EJA. **Aplecta**. Paraná, v.10, n.1, p.11-29. 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.html. Acesso em: maio de 2022.

_____. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000, de 10 de maio de 2000.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação, Poder Executivo, Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: maio de 2022.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas. **PARECER CNE/CES n° 1301/2001, de 6 de novembro.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1301.pdf>. Acesso em maio de 2022.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **PARECER CNE/CP n° 009/2001, de 8 de maio.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: maio de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCFormação). Brasília, DF: MEC/CNE, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em maio de 2022.

CACHAPUZ, Antonio *et al.* **A necessária Renovação do Ensino de Ciências.** São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa; GIL-PÉREZ, Daniel. **Formação de professores de Ciências: tendências e inovações.** 8 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

DI PIERRO, Maria Clara. Contribuições do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. *In:* SOARES, L. org. **Formação de educadores de Jovens e Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira Sá. Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social. Brasília, DF: UNESCO, 2009. (Relatório de pesquisa).

GATTI, Bernadete Angelina. *et al.* **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Brasília: UNESCO, 2011.

GIL-PÉREZ, DANIEL; CARVALHO, Anna Maria Pessoa. **Formação de professores de Ciências: tendências e inovações.** São Paulo: Cortez. 2009.

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, UEG. **Projeto Político Pedagógico do curso de licenciatura em Ciências Biológicas.** Anápolis- Goiás, 2015.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUZA, Luzia Silva. EJA: uma educação possível ou mera utopia? **Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)**. São Paulo, v.5, 2005.

LOPES, Munich Ribeiro Oliveira; FERREIRA, Thiago Lopes. A Educação de Jovens e Adultos e o Ensino de Ciências: uma revisão da literatura. **Revista Científica Interdisciplinar**. v.2, n.3. 2015.

MALACARNE, Vilmar. **Caminhos e descaminhos na formação e na atuação dos professores de Ciências**. Cascavel: Coluna do Saber. 2001.

MARASCHIN, Mariglei Severo; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. Uma proposta colaborativa de formação de professores na Educação de Jovens e Adultos. Jornada nacional de educação. **II Congresso Internacional em Educação: Educação e Sociedade: Perspectivas Educacionais do século XXI**. 2006.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG). **Projeto Pedagógico Institucional**. Anápolis - Goiás, 2011.

VENTURA, Jaqueline. A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas. Revista da FAEBA. **Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v.21, n.37. p.71-82.2012.

VIRIATO, Edaguimar Orquizas *et al.* Trabalho docente, PROEJA e currículo integrado: algumas reflexões. **Revista Perspectiva Florianópolis**. v.30, n.2, p.719 -744. 2012.